

Combate à demagogia é passo inicial para recuperar o ensino

PAULO PAN CHACON

Não há dúvida de que o Brasil enfrentará cinco anos decisivos no campo educacional. Estamos vivendo um turning-point. De um lado, estão os problemas



acumulados: o analfabetismo, o sucateamento da rede pública, o descaso com a carreira do magistério, a perseguição ao ensino particular e, como consequência disto tudo, a (de)formação das próximas gerações. De outro lado, estão as condições potenciais para a reversão deste quadro: um presidente que promete um País novo, uma nova safra de governadores, um Congresso renovado, uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e, como alavanca de tudo isso, uma sociedade crescentemente participativa.

É possível que essas condições potenciais combatam aqueles problemas e nos tirem do fundo do poço? Essa é a resposta que esse quinquênio nos dará. Para que a resposta seja positiva, é preciso que a sociedade, o mercado e o governo enfrentem corajosamente as tarefas que se impõem.

A primeira dessas tarefas é o combate à demagogia. Ninguém que seja sério neste País pode endossar a política educacional do atual ministro. Fazer um novo Mobral para combater o analfabetismo é filme que já vimos e que repete em nada. Abrir as portas da universidade pública aos sem-nota é atacar o que resta da combatida competência universitária. Propor a negociação com pais na definição das mensalidades escolares é brincadeira de mau-gosto, que ignora a realidade de funcionamento de uma empresa.

O combate ao oportunismo, filho dileto da demagogia, é a segunda tarefa que se coloca. Por decorrência da grande confusão que a iniquidade demagógica cria, o País assiste chocado às reações corporativas das universidades públicas que não querem ser avaliadas, à emergência de falsos educadores que propõem pre-

parar os superdotados e cabeças robotizadas em série para as "profissões do futuro", à manutenção de escolas particulares vendedoras de diploma e/ou depósito de crianças, à desqualificação do ensino privado de 3º grau e ao surgimento de "representantes de pais e alunos", que nunca foram eleitos por assembleia nenhuma e que não representam ninguém.

STATUS DO PROFESSOR

A terceira tarefa é o combate ao analfabetismo. É preciso criar uma grande campanha que envolva toda a sociedade, mas especialmente os estudantes universitários nessa luta nacional. Cuba — se soubermos descontar as condicionantes ideológicas — acumulou um know-how a respeito que deve ser corajosamente respeitado e analisado.

A quarta tarefa é a recuperação do status profissional da carreira do magistério. O tema permite vários debates, inclusive a crítica ao grevismo, às posturas corporativas da categoria, à desqualificação profissional e, em especial, a essa excrescência do funcionalismo público que é a estabilidade no emprego. Ninguém neste País, porém, está habilitado moralmente a criticar o professor, enquanto não ocorrer uma recomposição drástica e significativa do seu salário.

A quinta tarefa, por fim, é a pressão organizada da sociedade civil, inclusive de empresas e escolas particulares, pela qualificação do ensino público de duas maneiras: a) respaldo das empresas, via publicidade, à melhoria da rede física do ensino estatal e b) incentivo à formação de escolas comunitárias através de associações de bairro, sindicatos e entidades não-governamentais. À escola particular cabe o espaço da diferenciação em relação à rede pública, valendo-se para tal de sua qualificação, competência e liberdade de preço.

Ou realizamos essas tarefas ou ainda veremos "triumfar as nulidades" e só aí, sim, veremos o verdadeiro fundo do poço.

□ Paulo Pan Chacon é diretor pedagógico do Grupo-Associação de Escolas Particulares.